BREVE ANÁLISE CONJUNTURAL DA ECONOMIA BRASILEIRA NOVEMBRO DE 2026

SIQUEIRA DA SILVA, Adriano Jose[1]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo pesquisar, refletir e analisar a conjuntura atual da economia brasileira, com base em indicadores macroeconômicos recentes e em pesquisa bibliográfica de fontes institucionais. Busca-se oferecer uma síntese acessível que contribua para a compreensão de variáveis relevantes ao planejamento de pessoas físicas e jurídicas, à elaboração de orçamentos e a decisões estratégicas e táticas. A análise considera atividade econômica, renda e consumo, investimentos, situação fiscal, situação monetária, setor externo e endividamento e inadimplência. Os dados disponíveis até 2 de novembro de 2026 apontam um quadro de crescimento econômico moderado, mercado de trabalho aquecido e aumento da renda real, mas também revelam desaceleração do consumo, baixo dinamismo do investimento, deterioração fiscal, inflação acima do teto da meta e elevados custos do crédito. Destaca-se, ainda, o contraste entre indicadores favoráveis de emprego e o crescimento expressivo da inadimplência de famílias e empresas. Conclui-se que a conjuntura apresenta resultados positivos em algumas variáveis, mas mantém desequilíbrios que limitam a sustentabilidade do crescimento e exigem atenção coordenada às políticas fiscal, monetária e de crédito.

Palavras-chave: Economia Brasileira. Conjuntura. Situação Fiscal. Situação Monetária. Investimentos.

[1] Adriano Jose Siqueira da Silva, Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

NOTA DE TRANSPARÊNCIA METODOLÓGICA

Este artigo foi elaborado com auxílio de ferramenta de inteligência artificial em atividades de apoio à pesquisa, organização, síntese e revisão de informações públicas. A seleção das variáveis, a definição do enfoque analítico, a avaliação crítica dos indicadores e a responsabilidade pelo conteúdo e pelas interpretações permanecem sob responsabilidade do autor. As informações foram associadas às fontes identificadas nas referências, observando-se os respectivos períodos de divulgação e de referência. A utilização da ferramenta não substitui a conferência das fontes primárias nem a validação final dos dados pelo autor.

ABSTRACT

This article aims to research, reflect on and analyze the current economic situation in Brazil, based on recent macroeconomic indicators and bibliographic research using institutional sources. It seeks to provide an accessible overview that may contribute to the understanding of variables relevant to the planning of individuals and companies, budgeting, and strategic and tactical decisions. The analysis covers economic activity, income and consumption, investment, fiscal and monetary conditions, the external sector, indebtedness and default. Data available up to 7 November 2026 indicate moderate economic growth, a strong labor market and rising real income, but also show slower consumption, weak investment dynamics, fiscal deterioration, inflation above the upper limit of the target and high borrowing costs. The contrast between favorable employment indicators and the significant increase in household and corporate defaults is also highlighted. The article concludes that the current situation presents positive results in some variables, while maintaining imbalances that constrain sustainable growth and require coordinated attention to fiscal, monetary and credit policies.
Keywords: Brazilian Economy. Economic Outlook. Fiscal Conditions. Monetary Conditions. Investment.

1 INTRODUÇÃO

O tema abordado neste artigo busca contribuir para ampliar o conhecimento, a discussão e a participação acerca da conjuntura econômica do país, apresentando informações relevantes sobre a situação atual da economia brasileira. A Economia afeta de forma direta e indireta a qualidade de vida das pessoas físicas e jurídicas e influencia decisões de consumo, poupança, investimento, contratação, financiamento e planejamento patrimonial.

Esse debate torna-se ainda mais relevante diante do grande volume de informações e de interpretações superficiais que circulam diariamente, especialmente nas redes sociais. A divulgação isolada de indicadores, sem o devido tratamento analítico, pode produzir conclusões equivocadas ou incompletas. Informações econômicas mal interpretadas podem, inclusive, conduzir a decisões pouco adequadas de investimento e planejamento no curto, médio e longo prazo.

O assunto é extenso e de interesse social. Por isso, demanda uma síntese que torne os principais elementos da conjuntura mais acessíveis, sem a pretensão de esgotar a fundamentação matemática ou econométrica de cada variável. A análise se fundamenta principalmente em relações macroeconômicas e na interpretação conjunta dos indicadores, considerando que a Economia possui características sistêmicas: as variáveis influenciam umas às outras, com intensidades e defasagens distintas.

Com o intuito de permitir o acesso a um número maior de cidadãos, optou-se por uma linguagem relativamente simplificada e por dividir a análise em temas conjunturais: atividade econômica, renda e consumo, investimentos, situação fiscal, situação monetária, setor externo e inadimplência e crédito. O objetivo é apresentar uma resenha, isto é, um resumo analítico da conjuntura, estimular discussões reflexivas e contribuir para decisões mais bem fundamentadas de pessoas físicas, empresas e agentes públicos.

2 METODOLOGIA UTILIZADA

O presente artigo tem como base metodológica a pesquisa bibliográfica e documental, realizada mediante consulta a dados, notas técnicas, levantamentos e publicações de instituições públicas e entidades de pesquisa. A pesquisa bibliográfica, conforme Lakatos e Marconi (2010), utiliza conhecimentos e informações previamente publicados para auxiliar o pesquisador no levantamento e na compreensão de determinado assunto. No caso de uma análise conjuntural, entretanto, parte relevante das informações mais recentes é divulgada

inicialmente em bases estatísticas, relatórios e comunicados institucionais, antes de ser incorporada a estudos acadêmicos mais extensos.

Foram priorizadas fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Banco Central do Brasil, o Tesouro Nacional, o Ministério da Fazenda, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a Serasa e outras fontes identificadas nas referências. A data de corte das informações é 7 de novembro de 2026. Os períodos de referência variam conforme o calendário de divulgação de cada pesquisa; portanto, nem todos os indicadores representam o mesmo mês ou trimestre.

Os dados observados, as projeções de instituições e as interpretações do autor são tratados como categorias distintas. Também são preservadas as diferenças metodológicas entre indicadores que não são diretamente comparáveis, como a PNAD Contínua e o Novo Caged, ou entre os resultados fiscais apurados pelos critérios acima e abaixo da linha. A análise é predominantemente descritiva e interpretativa, não tendo por objetivo estabelecer relações causais econometricamente estimadas.

3 REFERENCIAL ANALÍTICO

A análise da conjuntura econômica considera os principais componentes da atividade e da renda nacional, frequentemente sintetizados pelo Produto Interno Bruto (PIB). O PIB representa o valor dos bens e serviços finais produzidos em determinado período, mas sua evolução, isoladamente, não é suficiente para avaliar a qualidade ou a sustentabilidade do crescimento. É necessário observar também a composição setorial, o consumo das famílias, a formação de capital, a situação fiscal, as condições monetárias e as relações com o setor externo.

Renda e consumo influenciam a demanda agregada e, por consequência, a produção e o emprego. Os investimentos, por sua vez, ampliam ou renovam a capacidade produtiva, sendo relevantes para o crescimento de médio e longo prazo. A situação fiscal afeta as expectativas, a trajetória da dívida e o custo de financiamento do setor público. A política monetária influencia a inflação, o crédito, o consumo e os investimentos, enquanto o setor externo pode contribuir para o crescimento por meio das exportações, do ingresso de capitais e da disponibilidade de reservas internacionais.

Essas relações não são automáticas nem ocorrem necessariamente no mesmo período. Uma expansão da renda, por exemplo, pode não se converter integralmente em consumo quando as famílias estão muito endividadas ou enfrentam custos elevados de crédito. Da mesma forma, uma redução da taxa básica de juros pode favorecer o investimento, mas seus efeitos dependem das expectativas, da demanda, do risco percebido e das condições de financiamento.

4 ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES

A economia brasileira apresentou crescimento moderado no primeiro semestre de 2026. Segundo o IBGE, o PIB avançou 0,5% no segundo trimestre em relação ao trimestre anterior, com ajuste sazonal, e 2,0% na comparação com o mesmo trimestre de 2025. No primeiro semestre, o crescimento acumulado foi de 1,9%, enquanto a expansão nos quatro trimestres encerrados em junho também alcançou 1,9% (IBGE, 2026a). O resultado indica continuidade da expansão, porém em ritmo menos intenso do que o observado em períodos de crescimento mais acelerado.

A composição setorial evidencia diferenças importantes. Na comparação trimestral, a agropecuária cresceu 2,8%, enquanto a indústria avançou apenas 0,1% e os serviços, 0,2%. Na comparação anual, os três setores apresentaram resultados positivos: agropecuária, 6,8%; indústria, 1,5%; e serviços, 1,5% (IBGE, 2026a). Portanto, o desempenho agregado positivo não significa expansão homogênea entre os setores.

A produção agrícola constitui um dos elementos favoráveis. A Conab estimou produção recorde de 361,7 milhões de toneladas para a safra 2025/2026, crescimento de 2,6% em relação à safra anterior, com área cultivada de 83,5 milhões de hectares (CONAB, 2026). Esse desempenho contribui para a oferta de produtos, as exportações e a atividade econômica, embora seus efeitos sobre preços ao consumidor dependam também de custos, logística, comercialização e condições de mercado.

Para 2026, a mediana do Boletim Focus projetava crescimento de 1,80% do PIB, enquanto a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda estimava 2,0%. Para 2027, as projeções eram de 1,31% e 2,3%, respectivamente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2026a; BRASIL, 2026a). A diferença demonstra que há avaliações distintas sobre o ritmo

esperado da atividade, devendo-se tratar projeções como estimativas sujeitas a revisão, e não como resultados assegurados.

Enquanto se estava finalizando este artigo o IBGE divulgou, em 06 de novembro de 2026 o número percentual definitivo de crescimento da economia brasileira (PIB) em 2024; que foi 3,4% (IBGE, 2026d). Conclui-se que, em 2024, a Indústria cresceu 3,1% e os Serviços em 3,8%, enquanto a Agropecuária recuou em 3,7%.

Também em relação ao PIB, projeções do FMI (Fundo Monetário Internacional) indicam que o PIB brasileiro chegará a US$ 2,8 trilhões em 2027, superando Itália e Rússia e subindo no ranking de décimo maior PIB para oitavo; ranking este considera o valor da economia em dólares, sem descontar a inflação (G1, 2026). Isso indica que a economia brasileira, apesar de seus desafios recentes tem, nos últimos anos, evoluído em sua importância global.

4.1 Renda e Consumo

O mercado de trabalho apresenta um dos resultados mais favoráveis da conjuntura. No trimestre encerrado em setembro de 2026, a taxa de desocupação foi de 5,2%, abaixo dos 5,4% observados no trimestre encerrado em junho e dos 5,6% registrados no mesmo período de 2025. A população ocupada foi estimada em 103,6 milhões de pessoas, enquanto a população desocupada ficou em aproximadamente 5,6 milhões (IBGE, 2026b). A taxa composta de subutilização da força de trabalho também recuou, situando-se em 13,0%.

O rendimento médio mensal real habitualmente recebido alcançou R$ 3.790, com crescimento anual de 3,6%. A massa mensal de rendimento real habitual atingiu R$ 387,5 bilhões, recorde da série, com aumento de 4,7% em relação ao mesmo trimestre de 2025 (IBGE, 2026b). Esses resultados indicam expansão da renda do trabalho e maior capacidade potencial de consumo. No mercado formal, o Novo Caged registrou criação líquida de 1,134 milhão de postos entre janeiro e agosto de 2026, com destaque para serviços, construção e indústria (BRASIL, 2026b). Deve-se observar, entretanto, que os números da PNAD Contínua e do Novo Caged não são equivalentes nem devem ser somados: o primeiro decorre de pesquisa domiciliar e o segundo de registros administrativos de vínculos formais.

Apesar da evolução favorável do emprego e dos rendimentos, o consumo das famílias apresentou sinais de desaceleração. Nas Contas Nacionais, houve recuo de 0,4% no segundo trimestre de 2026 em relação ao trimestre anterior. Na comparação anual, contudo, houve

crescimento de 0,5%; no primeiro semestre, a expansão foi de 1,1% (IBGE, 2026a). Já o indicador Consumo nos Lares Brasileiros, da Abras, acumulou crescimento real de 2,70% entre janeiro e setembro (ALBUQUERQUE, 2026). Os indicadores possuem abrangências e metodologias distintas, razão pela qual não devem ser interpretados como medidas idênticas.

Esse contraste entre renda crescente e consumo com menor dinamismo merece atenção. Uma explicação possível está no elevado comprometimento da renda das famílias com dívidas e despesas financeiras. A ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para rendimentos mensais de até R$ 5 mil (BRASIL, 2026g) tende a elevar a renda disponível de parte dos contribuintes, enquanto as transferências governamentais também influenciam a demanda. Entretanto, tais medidas não garantem, por si sós, aceleração do consumo quando persistem juros elevados, endividamento e restrições de crédito (BRASIL, 2026a).

O Bolsa Família teve seu valor mínimo reajustado para R$ 691 a partir de outubro de 2026, conforme os parâmetros divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (BRASIL, 2026c). Transferências dessa natureza podem sustentar o consumo de famílias de menor renda, cuja propensão a consumir tende a ser elevada. Ainda assim, o efeito macroeconômico deve ser avaliado em conjunto com a capacidade fiscal e com a evolução da renda do trabalho.

4.2 Investimentos

A categoria de investimentos aqui utilizada refere-se à variável macroeconômica Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), e não a aplicações em mercados financeiros. Trata-se dos dispêndios destinados à formação, ampliação ou renovação do capital produtivo, como máquinas, equipamentos, construções e infraestrutura. Essa variável é especialmente relevante porque influencia a capacidade de produção e as possibilidades de crescimento econômico futuro.

Os dados das Contas Nacionais indicam que a FBCF cresceu 1,2% no segundo trimestre de 2026 em relação ao primeiro trimestre. Entretanto, no primeiro trimestre havia avançado 3,4%, o que aponta desaceleração na margem. No primeiro semestre, a FBCF permaneceu estável em relação ao mesmo período de 2025, e no acumulado de quatro trimestres apresentou retração de 0,2%. A taxa de investimento correspondeu a 16,1% do PIB, abaixo dos 16,6% observados no segundo trimestre de 2025 (IBGE, 2026a).

O indicador mensal do Ipea apontou crescimento de 1,9% da FBCF em julho frente a junho, com ajuste sazonal, e alta de 4,5% na comparação com julho de 2025. Apesar desse resultado mensal favorável, os investimentos totais permaneceram estáveis no acumulado de 12 meses (CARVALHO, 2026). A leitura conjunta, portanto, recomenda cautela: uma alta em determinado mês não é suficiente para caracterizar retomada consistente do investimento.

Os juros elevados constituem um fator que tende a restringir projetos financiados por crédito, aumentar o custo de capital e dificultar decisões de expansão produtiva. Mesmo com a redução da Selic para 13,75% em setembro de 2026, o nível permanece elevado e o custo efetivo do crédito às empresas pode ser ainda maior. A evolução da renda e do consumo pode estimular investimentos quando amplia a demanda esperada, mas esse efeito pode ser limitado pelo custo financeiro, pela incerteza e pela capacidade ociosa. A regulamentação da reforma tributária pode contribuir para maior previsibilidade no médio prazo, embora seus efeitos dependam da implementação e da adaptação dos agentes econômicos. Além disso, no curto prazo, a transição para o novo modelo de tributação sobre consumo (IBS/CBS) exige a readequação dos sistemas de contabilidade aplicada e de precificação de produtos corporativos, impactando diretamente o planejamento orçamentário e a gestão de fluxo de caixa das empresas.

4.3 Situação Fiscal

A situação fiscal permanece como um dos principais pontos de atenção. Em setembro de 2026, a Dívida Bruta do Governo Geral alcançou 82,9% do PIB, aproximadamente R$ 11,1 trilhões. No acumulado do ano, houve aumento de 4,3 pontos percentuais do PIB. A Dívida Líquida do Setor Público atingiu 70,0% do PIB, cerca de R$ 9,4 trilhões (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2026b). A dimensão da dívida não deve ser analisada apenas pelo seu valor nominal, mas também pela relação com o PIB, pelo custo médio de financiamento, pelo prazo e pela capacidade de geração de resultados fiscais futuros.

Em setembro, o setor público consolidado registrou déficit primário de R$ 5,5 bilhões. No acumulado de 12 meses, o déficit primário alcançou R$ 70,1 bilhões, equivalente a 0,52% do PIB. Os juros nominais, por sua vez, totalizaram R$ 107,5 bilhões no mês e R$ 1,205 trilhão em 12 meses, equivalentes a 8,99% do PIB. Com isso, o déficit nominal acumulado em 12

meses chegou a R$ 1,275 trilhão, ou 9,51% do PIB (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2026b).

É importante distinguir o resultado do Governo Central divulgado pelo Tesouro Nacional daquele calculado pelo Banco Central. Pelo critério acima da linha, o Tesouro registrou superávit primário de R$ 4,8 bilhões em setembro, mas déficit acumulado de aproximadamente R$ 90,2 bilhões entre janeiro e setembro. O Banco Central, pelo critério abaixo da linha, informou superávit de R$ 3,5 bilhões para o Governo Central no mês. A diferença decorre das metodologias de apuração e não representa, por si só, erro ou contradição entre as instituições (BRASIL, 2026d; BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2026b).

As projeções do Prisma Fiscal indicavam déficit primário do Governo Central de R$ 53,048 bilhões em 2026 e de R$ 44 bilhões em 2027. Para a dívida bruta, a mediana projetava 83,4% do PIB ao final de 2026 e 87,0% em 2027 (BRASIL, 2026e). Embora projeções estejam sujeitas a mudanças, elas reforçam a percepção de que a trajetória da dívida continuará exigindo atenção.

O crescimento do gasto com juros é extremamente relevante para o crescimento da dívida pública. A taxa Selic, que é um dos principais temas do próximo tópico deste artigo (4.4 - Situação Monetária e Setor Externo), influencia parte do custo de financiamento da dívida pública, embora a despesa efetiva também dependa da composição dos títulos, dos indexadores, dos prazos e das condições de mercado. Uma redução sustentável do custo da dívida exige, portanto, não apenas juros menores, mas também credibilidade fiscal, gestão adequada do passivo e perspectivas consistentes para receitas e despesas.

4.4 Situação Monetária e Setor Externo

A política monetária iniciou um processo de flexibilização em setembro de 2026, quando o Comitê de Política Monetária reduziu a taxa Selic para 13,75% ao ano. O Boletim Focus de 23 de outubro indicava expectativa de 13,25% ao final de 2026 e 11,75% ao final de 2027 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2026a; 2026c). Apesar do início da redução, a taxa permanece em patamar elevado, mantendo condições financeiras restritivas para famílias e empresas.

A inflação ainda representa um desafio. O IPCA registrou alta de 0,82% em setembro, após deflação de 0,32% em agosto. No acumulado de janeiro a setembro, a variação foi de 3,95%,

e em 12 meses alcançou 4,58%, ultrapassando em 0,08 ponto percentual o limite superior de tolerância da meta, fixado em 4,5%. O IPCA-15 de outubro apresentou variação de 0,32% e acumulado de 4,62% em 12 meses (IBGE, 2026c). As expectativas do Focus apontavam IPCA de 5,19% em 2026, 4,34% em 2027 e 3,75% em 2028 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2026a).

A combinação de inflação acima do teto da meta e atividade em desaceleração coloca desafios para a condução monetária. A redução dos juros pode aliviar o custo do crédito e favorecer o investimento, mas uma flexibilização mais rápida, caso não esteja apoiada em convergência consistente da inflação, pode dificultar a ancoragem das expectativas. Por outro lado, a manutenção de juros muito elevados por período prolongado tende a impor custos relevantes ao investimento, ao consumo e às contas públicas. Trata-se de um equilíbrio complexo, que exige avaliação contínua dos dados. Adicionalmente, a ocorrência de choques climáticos (meteorológicos) extremos tem introduzido rigidez adicional na inflação de alimentos e pressionado as tarifas de energia por meio do acionamento de bandeiras tarifárias, o que eleva os custos operacionais e contribui para a fragilização financeira de micro e pequenas empresas.

No mercado de crédito, o estoque de operações do Sistema Financeiro Nacional alcançou R$ 7,4 trilhões em setembro de 2026, com crescimento de 8,6% em 12 meses. O crédito às famílias cresceu 9,9%, enquanto o destinado às empresas avançou 6,5%. Entretanto, a taxa média das operações com recursos livres atingiu 49,0% ao ano e o spread bancário situou-se em 21,6 pontos percentuais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2026d). Esses custos ajudam a compreender por que a expansão nominal do crédito não significa necessariamente acesso barato ou condições financeiras favoráveis.

No setor externo, as reservas internacionais totalizaram US$ 362,8 bilhões em setembro, redução de US$ 9,8 bilhões em relação a agosto. O déficit em transações correntes foi de US$ 5,1 bilhões no mês e de US$ 60,0 bilhões em 12 meses, equivalente a 2,33% do PIB. A balança comercial pelo critério do balanço de pagamentos registrou superávit de US$ 6,9 bilhões em setembro. No mesmo período, os ingressos líquidos de Investimento Direto no País alcançaram US$ 11,3 bilhões; em 12 meses, somaram US$ 88,3 bilhões, valor superior ao déficit em transações correntes (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2026e). De janeiro a outubro de 2026, a balança comercial registrou superávit de US$ 71,04 bilhões, um crescimento de 34,1% em relação a 2025 (IG, 2026). Em outubro, que é o último mês antes da

publicação deste artigo a balança comercial brasileira teve o maior superávit em 37 anos com saldo positivo de US$ 9,32 bilhões, segundo dados divulgados no dia 06 de novembro de 2026 pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (IG,2026).

Os dados sugerem a existência de amortecedores externos relevantes, especialmente o volume de reservas, a balança comercial e o ingresso de investimento direto. Isso não significa ausência de riscos, pois o setor externo também é influenciado pelo cenário internacional, pela taxa de câmbio, pelos preços de commodities e pelas condições de financiamento global. Nesse contexto, a recente volatilidade cambial e a desvalorização do Real frente ao Dólar geram pressões de repasse (pass-through) para os preços de bens de capital e insumos importados, o que adicionaria a argumentação de prudência à trajetória de cortes da Selic por parte da autoridade monetária. No comércio exterior, o MDIC registrou exportações de US$ 34,42 bilhões e importações de US$ 26,68 bilhões em setembro, com saldo positivo de US$ 7,74 bilhões (BRASIL, 2026f). Os valores do MDIC e do Banco Central seguem metodologias distintas e devem ser apresentados vinculados às respectivas fontes.

Uma alternativa controversa seria a ampliação dos depósitos compulsórios como instrumento complementar de controle monetário dos bancos junto ao Banco Central (que já existe e é utilizada efetivamente há muitos anos) pois a retenção de um percentual maior dos depósitos do sistema financeiro poderia, em determinadas circunstâncias, contribuir para uma gestão da liquidez que permitisse menor dependência da taxa Selic como instrumento de contenção inflacionária. Isso melhoraria o serviço da dívida pública (e por conseguinte a Situação Fiscal) e também a situação financeira dos setores produtivos, particularmente setores industriais. Recomenda-se que se pesquise a especificidade desta ferramenta de Política Monetária (Depósito Compulsório).

4.5 Inadimplência e Crédito

A inadimplência constitui um dos contrastes mais expressivos da conjuntura. Segundo dados divulgados com base na Serasa, o número de pessoas inadimplentes alcançou 84,2 milhões em setembro de 2026, com dívidas totais de R$ 597,4 bilhões e dívida média de R$ 7.093,83 por pessoa. Bancos e cartões de crédito concentravam 27,16% das dívidas (SCHNOOR, 2026). O indicador aponta agravamento em relação ao ano anterior, apesar da evolução favorável do mercado de trabalho.

Também se observa situação preocupante entre as empresas. Em agosto de 2026, o número de empresas inadimplentes chegou a 9,3 milhões, sendo 8,8 milhões de micro e pequenas empresas. O valor total das dívidas empresariais alcançou R$ 244,4 bilhões, com concentração relevante nos setores de serviços e comércio (PODER360, 2026). A dificuldade financeira das empresas pode limitar investimentos, contratações e pagamentos a fornecedores, produzindo efeitos que ultrapassam o devedor individual.

Os dados da CNC oferecem uma perspectiva complementar: em setembro, 81,7% das famílias declararam possuir algum tipo de dívida; 29,6% informaram dívidas em atraso e 12,5% afirmaram não ter condições de pagar os débitos atrasados (CNC, 2026). Endividamento e inadimplência não são conceitos idênticos. Uma família pode possuir dívidas e manter os pagamentos em dia; a inadimplência ocorre quando há atraso ou descumprimento das obrigações. Essa distinção é importante para interpretar adequadamente os indicadores.

A expansão da renda real e do emprego pode favorecer a recuperação financeira das famílias, mas não permite afirmar, isoladamente, que a inadimplência necessariamente diminuirá. O resultado dependerá também da trajetória dos juros bancários, do custo de renegociação, do comprometimento da renda, da concessão responsável de crédito e da evolução dos preços. Assim, a melhora do mercado de trabalho é um fator positivo, mas ainda insuficiente para neutralizar todos os riscos associados ao endividamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira em 2026 apresenta um quadro de contrastes. Por um lado, o país registra crescimento do PIB, produção agrícola recorde, taxa de desocupação reduzida e aumento do rendimento médio e da massa real de rendimentos. Por outro, o crescimento econômico mostra moderação, o consumo das famílias perdeu força na comparação trimestral, os investimentos não apresentam expansão consistente no acumulado de 12 meses e a situação fiscal permanece pressionada.

O mercado de trabalho constitui um dos principais pontos favoráveis, mas sua evolução ainda não se traduz integralmente em maior dinamismo do consumo. O recuo trimestral de 0,4% do consumo das famílias, em paralelo ao aumento da renda real, sugere a presença de fatores limitadores, entre os quais se destacam o endividamento, o comprometimento da renda e o elevado custo do crédito. A inadimplência recorde de pessoas físicas e empresas reforça essa

interpretação e evidencia que bons indicadores de emprego não significam, necessariamente, equilíbrio financeiro generalizado.

Na área fiscal, a dívida bruta de 82,9% do PIB, os juros nominais equivalentes a 8,99% do PIB e o déficit nominal de 9,51% do PIB revelam um desafio de grande dimensão. O crescimento das despesas com juros reduz o espaço orçamentário e pode dificultar a execução de políticas públicas e investimentos. A sustentabilidade da dívida depende de uma combinação de crescimento econômico, resultados primários compatíveis com sua estabilização, gestão do passivo e credibilidade das políticas públicas as quais podem conceder sustentação a redução da Selic que, por sua vez, reduziria a evolução da Dívida Pública.

No campo monetário, a redução da Selic para 13,75% representa início de flexibilização, mas a inflação em 12 meses ainda se encontrava acima do limite superior da meta. A condução da política monetária precisa considerar os efeitos da inflação sobre o poder de compra e, simultaneamente, os custos dos juros elevados sobre crédito, investimento e dívida pública. Não há solução simples: a velocidade de redução dos juros depende da evolução das expectativas e da convergência da inflação, enquanto a política fiscal influencia as condições gerais de estabilidade macroeconômica.

Uma interpretação possível é que pode-se argumentar que parte dos fundamentos macroeconômicos observados não indicaria necessidade de manutenção de juros reais entre os mais elevados do mundo em nível de se ocupar os primeiros lugares no ranking de maiores juros do mundo. Seria desejável ampliar a transparência no Banco Central do Brasil, quanto a todos os fatores que justificariam a manutenção de juros reais elevados considerando-se a comparação a outros países (ranking mundial de juros).

O setor externo apresenta condições relativamente favoráveis, com reservas internacionais expressivas, superávit comercial e ingresso de investimento direto superior ao déficit em transações correntes. Esses elementos contribuem para a capacidade de absorção de choques externos, embora não eliminem a exposição da economia às oscilações internacionais.

Em síntese, a conjuntura de novembro de 2026 pode ser caracterizada como de crescimento moderado, mercado de trabalho resiliente e renda em expansão, mas com fragilidades relevantes na formação de capital, nas contas públicas e na situação financeira de famílias e empresas. O desafio consiste em transformar os ganhos de emprego e renda em crescimento mais consistente da produtividade e do investimento, sem comprometer a estabilidade de

preços e a sustentabilidade fiscal. Espera-se que esta síntese contribua para ampliar o conhecimento, estimular novas análises e apoiar decisões econômicas mais bem fundamentadas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Flávia. Consumo nos lares acumula alta de 2,70% até setembro, diz Abras. Agência Brasil, São Paulo, 29 out. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-10/consumo-nos-lares-acumula-alta-de-270-ate-setembro-diz-abras. Acesso em: 2 nov. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Focus: relatório de mercado: expectativas de mercado, 23 de outubro de 2026. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2026a. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20261023.pdf. Acesso em: 2 nov. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estatísticas fiscais: nota para a imprensa de 29 de outubro de 2026. Brasília, DF, 29 out. 2026b. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais. Acesso em: 2 nov. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Copom reduz a taxa Selic para 13,75% a.a.: 281ª reunião, setembro de 2026. Brasília, DF, 16 set. 2026c. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/comunicadoscopom. Acesso em: 2 nov. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estatísticas monetárias e de crédito: nota para a imprensa de 29 de outubro de 2026. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2026d. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasmonetariascredito/202610_Texto_de_estatisticas_monetarias_e_de_credito.pdf. Acesso em: 2 nov. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estatísticas do setor externo: nota para a imprensa de 26 de outubro de 2026. Brasília, DF, 26 out. 2026e. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticassetorexterno. Acesso em: 2 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica projeta crescimento de 2% para o PIB em 2026 e 2,3% em 2027. Brasília, DF, 22 set. 2026a. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2026/setembro/secretaria-de-politica-economica-projeta-crescimento-de-2-para-o-pib-em-2026-e-2-3-em-2027. Acesso em: 2 nov. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Novo Caged: emprego formal gera 165,8 mil vagas em agosto e acumula 1,13 milhão de postos no ano. Brasília, DF, 29 set. 2026b. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2026/setembro/novo-caged-emprego-formal-gera-165-8-mil-vagas-em-agosto-e-acumula-1-13-milhao-de-postos-no-ano. Acesso em: 2 nov. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Bolsa Família terá valor mínimo de R$ 691 a partir de outubro. Brasília, DF, 17 set. 2026c. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias/bolsa-familia-tera-valor-minimo-de-r-691-a-partir-de-outubro. Acesso em: 2 nov. 2026.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Boletim Resultado do Tesouro Nacional: setembro de 2026. Brasília, DF: Tesouro Nacional, 29 out. 2026d. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-resultado-do-tesouro-nacional-rtn/2026/9. Acesso em: 2 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. FAQ: Ampliação da Isenção do Imposto de Renda e tributação mínima das altas rendas. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acesso-a-informacao/FAQAmpliaodaIsenodoImpostodeRendaetributaomnimadasaltasrendas.docx.pdf. Acesso em: 2 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Prisma Fiscal eleva projeção de déficit para 2026 e reduz estimativa para 2027. Brasília, DF, 15 out. 2026e. Atualizado em: 26 out. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2026/outubro/prisma-fiscal-eleva-projecao-de-deficit-para-2026-e-reduz-estimativa-para-2027. Acesso em: 2 nov. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Balança comercial mensal: dados consolidados: setembro de 2026. Brasília, DF, 6 out. 2026f. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/nota.html. Acesso em: 2 nov. 2026.

CARVALHO, Leonardo Mello de. Indicador Ipea mensal de FBCF: resultado de julho de 2026. Carta de Conjuntura, Brasília, DF, 9 out. 2026. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2026/10/indicador-ipea-mensal-de-fbcf-resultado-de-julho-de-2026-2/. Acesso em: 2 nov. 2026.

CNC - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor: setembro de 2026. Rio de Janeiro: CNC, 2026. Disponível em: https://static.poder360.com.br/uploads/2026/10/Pesquisas-CNC-PEIC-setembro_26_261007_100633.pdf. Acesso em: 2 nov. 2026.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Conab estima produção recorde na safra 2025/26 com 361,7 milhões de toneladas de grãos. Agência Gov, Brasília, DF, 15 set. 2026. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202609/conab-estima-producao-de-361-7-milhoes-de-toneladas-de-graos-na-safra-2025-26. Acesso em: 2 nov. 2026.

G1. Brasil deve voltar ao top 8 das maiores economias do mundo em 2027, prevê FMI. Rio de Janeiro, 15 out. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/10/15/brasil-deve-voltar-ao-top-8-das-maiores-economias-do-mundo-em-2027-preve-fmi.ghtml. Acesso em: 2 nov. 2026.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PIB cresce 0,5% no segundo trimestre de 2026. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 1 set. 2026a. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-

de-noticias/releases/47902-pib-cresce-0-5-no-segundo-trimestre-de-2026. Acesso em: 2 nov. 2026.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Taxa de desocupação é de 5,2% e taxa de subutilização é de 13,0% no trimestre encerrado em setembro. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 30 out. 2026b. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/48409-30-10-release. Acesso em: 2 nov. 2026.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Painel de indicadores: inflação e preços. Rio de Janeiro, 2026c. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indicadores/inflacao-e-precos/ipca.html. Acesso em: 2 nov. 2026.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PIB cresce 3,4% e totaliza R$ 11,7 trilhões em 2024. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 6 nov. 2026d. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/48474-contasnacionais2024. Acesso em: 7 nov. 2026.

IG. Balança comercial tem maior superávit para outubro desde 1989. São Paulo, 6 nov. 2026. Disponível em: https://economia.ig.com.br/2026-11-06/balanca-comercial-tem-maior-superavit-para-outubro-desde-1989.html. Acesso em: 7 nov. 2026.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PODER360. Inadimplência bate recorde e chega a 9,3 milhões de empresas. Brasília, DF, 21 out. 2026. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-economia/inadimplencia-bate-recorde-e-chega-a-93-milhoes-de-empresas. Acesso em: 2 nov. 2026.

SCHNOOR, Tatiana Sanchez. Inadimplência bate recorde e atinge 84,2 milhões de pessoas, mostra Serasa. UOL Economia, São Paulo, 2 nov. 2026. Disponível em:

https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2026/11/02/inadimplencia-bate-recorde-e-chega-a-42-milhoes-de-pessoas-diz-serasa.ghtm. Acesso em: 2 nov. 2026.